

### 3. A construção da prática agroflorestal na comunidade do Vale Encantado

A comunidade do Vale Encantado, que compõe o bairro do Alto da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro – RJ está localizada à jusante do morro da Taquara, vertente sul do maciço da Tijuca, com altitude média de 430 metros, inserida em uma das maiores florestas urbanas do mundo, a floresta da Tijuca.



Figura 1: Na figura maior o mapa do município do Rio de Janeiro, com destaque em vermelho para o bairro do Alto da Boa Vista. No canto direito o mapa do Estado do Rio de Janeiro, com destaque em vermelho para o município do Rio de Janeiro.

Fonte: Nossedotti - Obra do próprio.

Um breve histórico da comunidade revela os usos e ocupações aos quais a área foi submetida. No início, anos 30 até meados da década de 40, com a ocupação de arrendatários a agricultura era o que marcava o lugar, havendo algumas residências. Já no final dos anos 40, começa a mineração do granito - tijuca, que iria permanecer até o final dos anos 80 e ser responsável por grande parte do povoamento e do acréscimo de residências. O início de um vácuo na sua atividade produtiva interna coincide com a época em que a pressão sobre a qualidade ambiental associada ao discurso desenvolvimentista, gerada pela

expectativa da Conferência das nações unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), desativa a pedreira de granito que havia no local, sob o pretexto da degradação ambiental. Da desativação da pedreira decorre um êxodo da comunidade, ficando no lugar algumas poucas famílias e assim se iniciando no local outros tipos de atividades voltadas para a conservação da natureza e da floresta, como o ecoturismo. É também a partir dos anos 90 que muitas políticas de ataque à pobreza passam a ser articuladas em escala transnacional. Como aponta Bebbington(2004) *“Ao longo dos anos 90, a redução da pobreza assume uma centralidade crescente na ajuda internacional para o desenvolvimento”*. Nesse período e no tempo que se sucede a ele, as políticas neoliberais de cunho desenvolvimentista, que se articulam de acordo com as recomendações propostas no consenso de Washington, ganham força e passam a expandir seus ideais pelo mundo com maior veemência. Isso pode ser bem observado no documentário dirigido pelo cineasta Silvio Tendler: *“O mundo global visto do lado de cá”* (2002), que tem como orientação teórica as ideias de globalização desenvolvidas pelo geógrafo Milton Santos. O enfoque desejado para entender a geografia da comunidade, que significa o espaço da/na comunidade, é abordar tanto a maneira como são concebidas, percebidas e vividas as práticas de sustentação da natureza e da floresta, quanto os mecanismos que suportam as políticas amplas de redução da desigualdade e ataque à pobreza.

No ano de 1992, com o objetivo de fortalecer a organização comunitária para reivindicar soluções frente ao poder público, os seus moradores fundaram a Associação de Moradores e Amigos da Taquara do Alto da Boa Vista – AMATA, situada na própria comunidade. Os principais problemas identificados pelos moradores, à época, foram de infraestrutura, tais como: acesso à rede elétrica, transporte coletivo, coleta de lixo, esgotamento sanitário, dentre outros. Atualmente, pude pessoalmente verificar alguns desses males: a ocorrência de esgoto sem tratamento, correndo a céu aberto; o despejo de materiais não biodegradáveis na floresta, que é uma constante pois se associa ao acesso precário da comunidade com o entorno; os serviços básicos com luz subsistem por meio do “gato” e água proveniente de nascente, o que poderia ser positivo se o contexto de degradação maior da floresta não impossibilitasse, como o faz muitas vezes, a renovação das fontes de água. Outra entidade que representa a comunidade do

Vale Encantado é o CONCA – Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista, “entidade oficiosa, mas popularmente legitimada nas causas atinentes à moradia digna no Estado do Rio de Janeiro”<sup>6</sup>. Nos dias atuais, a comunidade conta com 130 pessoas, divididas em 43 famílias. Nota-se que ainda que distintas algumas famílias possuem algum grau de parentesco entre si. Diferentemente das épocas passadas, onde imperava uma produção única, atualmente a atividade produtiva da comunidade é diversa, sendo distribuída entre estudantes (39), aposentados (10), comerciários (4), pensionistas (6), trabalhadoras do lar (9), motoristas (9), domésticas (8) e outros.

Mais recentemente, a comunidade vem sendo alvo da atenção de grupos do terceiro setor (como ONG’s e institutos), que visam trazer impactos positivos para o desenvolvimento local com ajudas que vão desde a regularização de terras até a promoção de práticas de preservação da natureza. Essa chegada decorreu de uma inquietude do Sr. Otávio Barros, morador da quinta geração da comunidade e presidente da AMATA, que obteve resposta ao ser apresentado ao amigo francês de uma vizinha do outro condomínio. Ao conhecer Otávio e descobrir o tesouro de sustentabilidades que é o Vale Encantado, esse amigo francês apresentou-lhe o discurso do ecoturismo e então, através da ONG francesa Abaquar, começaram os fomentos direcionados ao desenvolvimento sustentável da comunidade. Juntos eles iniciaram um trabalho para incrementar o potencial da comunidade do Vale Encantado frente ao turismo ambiental. Otávio se treinou formalmente como guia, instituindo a Cooperativa Vale Encantado em 2007, para dar emprego às famílias da comunidade, enquanto ajudam o meio ambiente.<sup>7</sup>

Em 2005, a organização francesa de solidariedade ABAQUAR/PARIS esteve no Brasil e identificou um grande potencial para o desenvolvimento do turismo no Vale Encantado. A comunidade é diferente de outras favelas do Rio de

---

<sup>6</sup> Grande parte dos dados quantitativos obtidos para essa dissertação referentes à comunidade do Vale Encantado foram retirados do relatório socioeconômico – Comunidade Vale Encantado – 10/2014 rev. 1. Elaborado pela Agrar Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda, de acordo com termo re-ratificado firmado com o ITERJ (Instituto de terras e cartografia do Estado do Rio de Janeiro), que prevê a Regularização fundiária e Trabalho técnico social das áreas limítrofes ao parque nacional da Tijuca no Alto da Boa Vista - RJ. Trata, sobretudo, da elaboração de um diagnóstico socioeconômico, baseado nas informações contidas na ficha cadastral.

<sup>7</sup> Retirado do Site: <http://racismoambiental.net.br/2015/05/06/vale-encantado-um-exemplo-emergente-para-comunidades-sustentaveis/>. Acessado em 20/06/2015 por indicação do Sr. Otávio Barros.

Janeiro, pois é pacífica e livre do tráfico de drogas. Soma-se a isso o fato do bairro do Alto da Boa Vista ser frequentemente visitado por turistas nacionais e estrangeiros, atraídos pelas características históricas e culturais, bem como pela beleza natural do lugar. O local também conta com uma vista privilegiada das praias da zona oeste do Rio de Janeiro. Com a aproximação e suporte da ABAQUAR/PARIS, o projeto de ecoturismo do Vale encantado foi então criado<sup>8</sup>. Nesse mesmo ano, a ONG supracitada propôs uma parceria com a comunidade do Vale Encantado para apoiar a estruturação de uma cooperativa social e ambiental. É daí que surge o recorte temporal da presente dissertação, a partir do ano de 2005, que coincide com a chegada e apoio da ONG Abaquar, mesmo que a comunidade já tenha quase 80 anos de existência.

Com esse apoio, em 2007 surgiu a Cooperativa do Vale Encantado – Coove com o objetivo de fortalecer o empreendedorismo da/na comunidade, através de iniciativas de turismo sustentável e do desenvolvimento da gastronomia local. Existe hoje na comunidade do Vale Encantado uma equipe de 20 cooperados, que operam como guias nas trilhas ecológicas e no funcionamento do restaurante e Buffet Social. O turismo ecológico é a mais forte fonte de renda da cooperativa do Vale Encantado. O Sr. Otávio e outro guia fazem passeios pela floresta e recebem os convidados no restaurante.

Recentemente, outras organizações passaram a fazer parte do projeto da ONG para o Vale Encantado. Entre elas, destacamos a CARPE – Projetos Socioambientais, movimento do qual eu faço parte e que se propõe de modo geral a transformar os espaços em busca de sustentabilidades e harmonia, tendo como princípios a prática do amor incondicional e da cooperação. Nós da CARPE compartilhamos da noção de sustentabilidades e entendemos, dentre as inúmeras dimensões que se relacionam na busca por sustentabilidades, que é, sobretudo, aquela representada pela prática da agrofloresta que nos move. Na prática agroflorestal aparecem outras dimensões que não restritas ao sucesso produtivo do plantio. São dimensões culturais, históricas, afetivas, da vida enfim, que

---

<sup>8</sup> Retirado do artigo desenvolvido pela liderança comunitária do Vale Encantado, o Sr. Otávio Alves Barros and Maria Emília Melo. From Myth to Reality: The Experience of Sustainable Tourism in The Vale Encantado Community in Tijuca Forest, Rio de Janeiro, Brazil. Field Actions Science Reports Special Issue 3 (2011) Brazil.

justificam uma prática que busque estabelecer relações de confiança e cooperação entre os diversos sujeitos e objetos que compõem o espaço.

Tendo em vista o amplo leque de temas que envolvem as mencionadas dimensões, importa registrar que, na presente dissertação, a abordagem ficará restrita às dificuldades e possibilidades de se estabelecerem relações de confiança e de cooperação entre os atores e agentes, internos e externos à comunidade. O papel da CARPE – Projetos Socioambientais no projeto elaborado e financiado pela ONG é, nesse sentido, o de co-criar espaços para a prática da agrofloresta dentro da comunidade.

Entrei em contato pela primeira vez com a prática agroflorestral em 2009<sup>9</sup>, quando por meio de um curso de agrofloresta realizado em Itacaré - BA tive a oportunidade de me relacionar com o Ernest Götsch, agricultor suíço radicado no Brasil, considerado um dos expoentes dessa prática, que realiza há mais de 35 anos em sua fazenda, tendo ajudado a disseminar.

Com o andamento da graduação em Geografia, muitos questionamentos passaram a surgir na minha cabeça, sendo a relação sociedade e natureza o que movia essa minha inquietude, na medida em que eu enxergava nessa relação, ora harmoniosa ora defeituosa, o motor para o entendimento de questões mais gerais, como a desigualdade socioambiental. Foi com o conhecimento da prática agroflorestral que um novo horizonte de possibilidades se abriu, tanto para auxiliar nos questionamentos acadêmicos, quanto para enxergar um modo de vida diferente do modo de vida capitalista. Começaram a surgir daí outras possibilidades de construção da realidade, para além dos questionamentos e das críticas a respeito do curso tomado pelo progresso apontando para o modelo de desenvolvimento atual do ocidente, pautado na dominação moderna da natureza e do ser-humano pelo ser-humano. Com a bagagem adquirida ao longo da graduação, acrescida de peso pelo curso de agrofloresta, pode-se dizer que comecei a praticar a agrofloresta tendo como base as categorias da geografia, enquanto passei a fazer geografia de acordo com a prática agroflorestral. Desde então venho elaborando conceitos, técnicas e princípios de acordo com a prática

---

<sup>9</sup> É poca na qual estava cursando o 5o período da graduação em Geografia na PUC-Rio.

cotidiana da agrofloresta, que me permite visualizar a aplicação das categorias geográficas.

Durante o curso de agrofloresta, acho que o meu interesse pela temática foi se realçando na medida em que ela foi sendo por mim percebida como um instrumento de análise para a geografia, o que me permitiu debruçar sobre as categorias geográficas sob o ponto de vista da prática agroflorestal, como prática de resignificação da relação entre sociedade e natureza. O aprofundamento no conhecimento da prática agroflorestal foi também acompanhado por um aprofundamento no conhecimento de alguns programas do governo federal, que trabalham diretamente com essa prática, tais como: PRONAF (Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar) e o PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e produção orgânica).

Nesse sentido, meus questionamentos passaram gradativamente a incluir as seguintes questões: Em que medida políticas voltadas para a ampliação, fomento e difusão de práticas agroflorestais estariam trazendo, de fato, desenvolvimento local e conservação ambiental? De que forma políticas dessa natureza poderiam ser articuladas no espaço da cidade?

Para dar uma orientação metodológica a esses questionamentos e à dissertação de forma geral, utilizei a referência metodológica da pesquisa-ação, que já foi definida por alguns autores. Um desses entendimentos, também adotado aqui, é aquele traduzido em Tripp (2005), ao afirmar que:

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. (2005 p.445)

Assim sendo, caminhamos para um tipo de pesquisa no qual a velha distinção entre sujeito e objeto não encontra lugar. Em uma pesquisa que pretenda romper com tal distinção, o pesquisador deve se perceber como sujeito da pesquisa, na medida em que é ele quem a realiza, ao mesmo tempo que como objeto, pois é ele quem exerce a prática que se propõe a analisar.

Para continuar no esclarecimento do termo, aprofundando a maneira como irei utilizá-lo, volto ao autor já citado acima para assentar que “a pesquisa ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática.” (TRIPP, 2005 p. 447). A pesquisa tende a ser participativa pois, com o decorrer da ação, é promovida uma alteração do espaço da pesquisa, que passa a ter seu uso associado a uma forma-conteúdo do plantio. Desse modo, o objeto posto sob o processo de pesquisa é transformado pela própria intervenção que ocorre no lugar onde a pesquisa se realiza, acarretando um ganho na qualidade do trabalho, já que há um rompimento com a dicotomia fundamental na ciência moderna - a separação entre sujeito e objeto, que por sua vez serve como motor para outra dicotomia fundamental para o entendimento desse trabalho - Sociedade e natureza. Com esse entendimento, temos as bases para vislumbrar o que se quer alcançar com a utilização do termo “pesquisa- ação”, que é coletar evidências a respeito da prática agroflorestral e, além disso, buscar as críticas, os valores e os significados subjacentes a ela para que, de maneira constante, tomemos consciência do modo como é realizada.

A pesquisa-ação apreendida por mim nessa dissertação pode ser entendida de maneira mais específica como “pesquisa-ação prática”, que é onde “o pesquisador escolhe e projeta as mudanças feitas” (TRIPP, 2005 p.457). Em suma, nesse tipo de investigação-ação prioriza-se um aprimoramento da prática, sem nenhum privilégio para a obtenção do conhecimento pelo conhecimento. Sabe-se que esse tipo de investigação-ação é amplamente difundido na ciência da educação, ainda que pouco realizável na ciência tradicional, visto que o pesquisador altera, de certa maneira, o que está sendo pesquisado.

Eu tive atuação nos dois principais processos que são analisados nessa dissertação. O primeiro processo está relacionado à minha participação na realização e manutenção do projeto piloto de plantio, através da CARPE. O segundo se concentra na análise da atividade de plantio que vem sendo realizada na comunidade do Vale Encantado com base na prática agroflorestral, bem como da promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade, também através da CARPE, financiada pela ONG Abaquar. Assim, faço uma opção pela orientação

metodológica da pesquisa-ação justamente por pensar que essa dissertação pode ser enriquecida, caso promova a aproximação entre sujeito e objeto.

Nesse momento, cabe elucidar o papel da CARPE – Projetos Socioambientais no trabalho realizado. Através de um convite da ONG Abaquar, nós da CARPE passamos a exercer uma atividade na comunidade do Vale Encantado, de forma a atender às expectativas da comunidade quanto a um plantio comunitário que fosse produtivo.

O objetivo da CARPE nesse projeto vem sendo o de estabelecer um projeto piloto de plantio agroflorestal que seja capaz de suprir, em partes, a alimentação de uma família composta por cinco pessoas. Como parte desse objetivo, busca-se aprofundar os laços da família com o plantio da terra, na medida em que se apresenta o seu potencial produtivo, bem como o potencial regenerativo da natureza. Buscamos ainda, quando possível, vender o excedente da produção para a COOVE, que em algumas datas destinadas ao ecoturismo serve refeições de comida local, incluindo pratos à base de Jaca, além do uso de temperos e outras verduras colhidas no local, como chuchu, salsa e picão.

Cabe aqui um esclarecimento de como foi escolhida a família e o terreno que receberam o projeto piloto. Quando a CARPE foi convidada pela ONG ABAQUAR para fazer parte do projeto na comunidade, já existia um pré-levantamento informal realizado pelo Sr. Otávio Barros, presidente da COOVE e da AMATA em conjunto com a representante da ONG nesse projeto, Sra. Emilia.

Durante as visitas que se sucederam a esse convite da ONG Abaquar, para identificar um terreno com potencial produtivo e uma família que estivesse disposta a se relacionar com o objetivo do projeto, a CARPE foi conduzida pelo Sr. Otávio a algumas casas na parte baixa da comunidade. Dentre as três famílias com suas respectivas áreas, que foram apresentadas pelo Sr. Otávio, a escolhida, através de uma conversa informal com os familiares, foi aquela que mostrou o melhor balanço entre: interesse pelo projeto, disponibilidade de tempo para fazer o cuidado diário do plantio, proximidade da área com melhor potencial produtivo, de acordo com critério elaborado no momento de maneira informal pelo Sr. Otávio em conjunto com as famílias presentes e a CARPE.

No início da atuação do projeto no Vale Encantado, foi organizado um encontro entre os moradores da comunidade que participam do projeto e os representantes da ONG ABAQUAR, para a produção de um “Círculo dos Sonhos”, com o objetivo de alinhar entre os atores envolvidos no projeto as diferentes propostas, intenções e, principalmente, os objetivos de cada ator, que na metodologia do Dragon Dreaming são entendidos como os sonhos. O círculo dos sonhos é uma ferramenta que foi extraída desta metodologia, criada na década de 1980 pela Fundação Gaia da Austrália Ocidental, com o fim de colaborar para a constituição de projetos de real sucesso. Os projetos construídos com base na metodologia Dragon Dreaming possuem, em si, a força intencional de fortalecer a caminhada de cada um dos indivíduos envolvidos. É nesta liberdade agregadora que novos formatos de gestão e organização social vêm sendo elaborados e testados por aqueles que compreendem que, tanto a individualidade quanto a comunidade são bens a serem preservados com igual intensidade<sup>10</sup>. Assim como a pesquisa-ação, essa técnica exige que todos os envolvidos no projeto participem da coleta de dados, de modo que o proponente da técnica, a CARPE, não apenas tome aqueles dados para análise, como repense a própria maneira de coletar os dados. Além disso, nota-se em ambas as metodologias a possibilidade de se revisar aquilo vem sendo constituído à medida que o projeto caminha, e não somente no momento de encerramento deste. Afinal, é através da interação, não da separação, entre sujeito e objeto, que se busca estabelecer qualquer tipo de intervenção no ambiente da comunidade.

Após tudo aquilo já acima descrito como parte do processo de entrada e participação da CARPE na comunidade do Vale Encantado, passamos a fazer a seguinte pergunta aos envolvidos: Qual é o seu sonho para esse projeto? A ideia é que a partir dessa pergunta geradora, comecem a ser exploradas as possibilidades de realização do sonho, para que então seja concebido um espaço através dele, isto é, de acordo com o que foi sonhado pelo indivíduo.

Mendonça, ao utilizar essa ferramenta no espaço urbano da favela, nos mostra que:

---

<sup>10</sup> (Retirado do site, [dragondreamingbr.org](http://dragondreamingbr.org) – Aba Métodos. Visitado em 12/06/2015)

Os moradores devem ter o direito de expressar seus sonhos e objetivos para seus lugares, permitindo que dessa forma eles vivam de fato estes lugares em plenitude a partir da realização de seus sonhos pessoais que unidos a outros serão então os sonhos coletivos das comunidades. Esses sonhos irão expressar os objetivos de cada um para aquele lugar, as intenções, as proposições, os desejos, as necessidades, as potencialidades, pois estarão expressando demandas que representam cada voz nos diferentes grupos sociais presentes nestes lugares. (2014 p.60)

Se observado esse raciocínio, a metodologia *Dragon Dreaming*, abordada na construção dos sonhos coletivos das diferentes comunidades, trabalha com a criação de projetos que busquem realizar os sonhos coletivos, que são traçados por cada grupo, em cada projeto, uma vez que a sua metodologia tem por essência operar com o desconhecido, a partir do trabalho coletivo e individual. Com isso, busca-se que cada um trabalhe com o que está além da sua zona de conforto, justamente nas zonas de desconfortos. Operando coletivamente com esta zona, a partir da maximização da inteligência e da sabedoria coletiva de cada grupo, é possível que todo o grupo possa ser contemplado de forma segura e saudável, que parta da construção de um senso real de comunidade que seja fortalecido pela união e coesão dos grupos, alinhados nos mesmos propósitos e sonhos coletivos. Em outra passagem, Mendonça aponta para algo importante na forma de conduzir um projeto. Concordamos com ele quando diz que:

O que de fato une e integra os indivíduos em um projeto de *Dragon Dreaming*, não são líderes ou pessoas específicas, donas do projeto, mas sim os sonhos coletivos e o propósito coletivo criado. Esse propósito criado a partir da união dos sonhos individuais e formação dos sonhos coletivos é o que está no centro desses projetos. (2014 p.61)

A busca por uma materialização coletiva do sonho é o que irá unir todas as pessoas pelo propósito de realizarem sonhos diversos em projetos determinados. Além disso, tal metodologia propõe essencialmente, a construção de relações de ganha-ganha, que são basicamente relações de cooperação, inspiradas nos conhecimentos ancestrais dos aborígenes australianos, nos fundamentos da Ecologia Profunda e nos conceitos do Sistema Vivo. (MENDONÇA 2014). Essa etapa do sonho tem o poder de fazer com que o sonho individual de uma ideia ou de um projeto que nasceu e emergiu em um indivíduo, possa se transformar em um grande sonho coletivo, que estabeleça uma energia e um alinhamento, ambos necessários para o prosseguimento do processo.

Após uma abordagem inicial, na qual pudemos levantar os reais gostos e interesses dos participantes pelo projeto, demos início à etapa de realização do plantio, com base em uma prática agroflorestal que nos possibilitasse alcançar os objetivos do projeto, para o qual fomos convidados pela ONG. Nesse momento, começa a aparecer uma contradição fundamental no trabalho da CARPE naquela comunidade. Se por um lado nós tínhamos sido convidados para realizar um projeto específico da ONG Abaquar, a saber o de estabelecer um projeto piloto de plantio com potencial alimentar e geração de renda na comunidade, por outro, para a CARPE o que sempre foi fundamental era atender aos sonhos dos moradores da comunidade. Assim, o Dragon Dreaming se revelou uma ferramenta adequada ao nosso objetivo, na medida em que desde o início era uma evidência para nós da CARPE, que entre o compromisso com a ONG e o compromisso com os moradores, o que iria adquirir maior peso na tomada de decisões seria o compromisso com os moradores.

A partir da proposta inicial da ONG, trouxemos os moradores para a nossa proposta, e daí em diante passamos a contemplar as suas necessidades. Isso poderá ser melhor observado no capítulo 3, onde irei precisar aquilo que foi colocado no início do projeto e aquilo que foi realizado ao final dele. Partindo das vontades dos moradores, identificadas através do “círculo dos sonhos” e de conversas informais, onde eles manifestaram o desejo de produzir o seu próprio alimento, anseios que foram identificados em conjunto com o pessoal da ONG e o Sr. Otávio Barros, a CARPE identificou, no território da comunidade, os lugares com potencialidades sociais e ambientais para o plantio de hortaliças em conjunto com as espécies florestais.

Após algumas visitas à comunidade, delimitamos uma área específica para receber a intervenção, assim como ficou delimitada a família que seria responsável pela manutenção da área. É bom salientar que a escolha da área e da família partiu de um diálogo entre os membros da CARPE- Projetos Socioambientais, membros da ONG ABAQUAR, membros da comunidade, como

o presidente da associação Otávio Barros e, por fim, membros da família, como o Sr João (40), a Sra. Maria (40) , e seu sobrinho Lucas, 18 anos.<sup>11</sup>



Figura 2: Fotomontagem da comunidade do vale encantado.  
Fonte: IPP 2014.

Na fotomontagem acima, realizada para servir de auxílio à presente dissertação e obtida junto ao Instituto Pereira Passos – IPP, em 2014, podemos observar o perímetro da comunidade, sendo possível inserir o tipo de atividade que a CARPE desempenha no local. Na área amarela está o perímetro destinado para atender ao projeto piloto, ou seja, a área destinada à nossa intervenção na comunidade. Nas áreas verdes, estão demarcadas as possíveis áreas potenciais para a implantação de outras intervenções, tendo como base a prática agroflorestal.

Após a finalização da etapa de levantamento dos sonhos, em outubro de 2014, que se deu após à escolha da família e seu respectivo terreno, a CARPE vem trabalhando continuamente na comunidade do Vale Encantado. Contamos

<sup>11</sup> Os nomes foram substituídos por pseudônimos para preservar a identidade dos moradores.

com um financiamento com duração de nove meses da ONG, que dispôs de recursos financeiros da ordem de R\$35.000,00, dos quais R\$ 30.000,00 foram destinados à CARPE e os outros R\$ 5.000,00 ficaram com a representante da ONG no Brasil, para que ela pudesse atender a alguns requisitos burocráticos e também para fins de remuneração da família, através da Sra Maria.

Com a área escolhida, começaram as conversas afim de se definir o tipo de plantio a ser realizado, as espécies a serem plantadas, as que seriam retiradas ou preservadas, as porções do terreno que se destinariam à passagem ou a ninhos (canteiros) onde seriam guardadas as ferramentas e o triturador, além de outras logísticas de plantio necessárias à intervenção proposta.

De início, a família não sabia que iria receber uma quantia em dinheiro para abrigar o projeto. Agora, a família já recebe por mês algo próximo a R\$ 300,00, quantia retirada do financiamento de R\$ 35.000,00 da ONG para o projeto, que deveria ser realizado no período de nove meses.

A distribuição dessa quantia foi uma iniciativa da ONG ABAQUAR, que estabeleceu esse mecanismo para trazer a família para o projeto do plantio. Inicialmente, houve uma rejeição por parte da CARPE, pois isso poderia ser visto como um desestímulo ao engajamento profundo no projeto e no plantio em si, na medida em que o interesse poderia aparecer motivado pela questão financeira, podendo acarretar uma sobre determinação não desejada da dimensão econômica. De qualquer forma, a ONG achou interessante manter essa “bolsa” remuneratória, que só começou a ser distribuída quando o plantio se iniciou, de modo que nos primeiros meses de acolhimento, levantamento e planejamento, ainda não havia essa remuneração.

### **3.1.**

#### **O plantio agroflorestal em questão – estreitando as relações sociedade e natureza**

Para ilustrar nossa área de plantio, faremos uma breve descrição. É uma área que beira um córrego, de modo que devemos passar por ele para alcançá-la. Antes do Sr. João começar a cuidar dessa área, como já descrito anteriormente, ela era um barranco com matações de pedra implodida, encrustados na argila. O

trabalho do Sr. João consistiu no corte desse barranco, na retirada dos matacões e no aplainamento da área, tornando-a elevada do chão, por isso consiste em um pequeno aterro. Por se tratar de uma área com tal histórico, a qualidade do seu solo não é muito propícia ao cultivo de hortaliças, já que não possui horizonte orgânico bem definido. É assim uma clareira com boa insolação, entre árvores de jamelão, jambo, abacate, manga e outras árvores de pomar.

Como é próprio do ambiente florestal um solo coberto com matéria orgânica, no plantio não poderia ser diferente. A questão é que para lidar com as espécies de hortaliças desejadas pela família e que ao mesmo tempo possuam maior facilidade de serem comercializadas, precisamos de um tipo de material orgânico que não seja demasiado grosso, para não atrapalhar o desenvolvimento dos indivíduos. Para isso, adquirimos um triturador de capim, de modo que os “ninhos” preparados foram recobertos com esse capim triturado.

Após um momento inicial de preparo das condições para a realização do plantio, ele foi então realizado com base na observação da sucessão. Para tanto, foram plantadas as hortaliças de ciclo de vida curto desejadas, junto com as espécies de ciclo de vida médio e longo, além das espécies dispersadas de outras maneiras, pelo vento, pela água e pelos animais. Assim sendo, de ciclo curto foram inseridas mudas de acelga, couve manteiga, salsão, beterraba, berinjela, jiló, manjeriço, pimenta dedo de moça, sementes de salsa, mostarda, feijões, abóbora e milho, bulbos de inhame, gengibre e batata-doce, e as estacas de mandioca. De ciclo médio, bulbos de bananeiras e sementes de urucum. De ciclo longo, sementes de jaca e algumas outras essências florestais, tais como o jatobá. Também foram inseridas estacas de margaridão, amora e aroeira, para estruturarem uma cobertura vegetal acima do nível do solo, ajudando no sombreamento e servindo de proteção para as gotas de chuva.

Tudo que descrevi acima serve para exemplificar como funciona um plantio agroflorestal, onde a dinâmica da sucessão é o que orienta as nossas ações. Assim, na medida em que crescem as hortaliças elas ‘criam condição para que a mandioca e o inhame cresçam fortes, estes por sua vez irão servir como criadores das árvores e que também tem uma relação de criadoras dessas hortaliças’ (Ernest, 2012), afinal uma mandioca colhida com um ano e meio terá fornecido boa

sombra para um pé de abacate, ou de jaca. Ainda, devemos perceber que todas as espécies encontram lugar nesse plantio, não existindo diferenciação quanto a exóticas ou pragas. Logo, por que não plantar a jaqueira? Não a comem ali no entorno? Precisaria de uma justificativa mais nobre que essa para efetuar o seu plantio? Enfim, é preciso compreender a lógica por detrás do plantio, uma lógica que é regida pelos princípios da vida na terra, onde caminham ‘juntos criador e criatura, o macro e o micro, a entrada e a saída, o começo e o fim, a vida e a morte’ (Ernest, 2009).

O resultado inicial do plantio foi que após três meses de realizado, os melhores resultados vieram do milho, do feijão de porco e da abóbora. Cabe salientar que no período inicial do plantio houve pouca precipitação. Foi também observado que, 20 dias após iniciado o plantio, no início de dezembro de 2014, os resultados foram aquém dos esperados, mas em acordo com a realidade do que aconteceu no entorno, como nos disseram alguns vizinhos que possuem cultivos próprios. De qualquer modo, a mandioca, o gengibre, o milho, o feijão, a cana de açúcar e a abóbora se estabeleceram muito bem, mostrando que ao se plantar com diversidade, não se fica tão à mercê das intempéries climáticas.

Duas semanas após essa observação inicial, conseguimos retirar do plantio 4 ramas de acelga, que foram destinadas à família, que nos falou que estavam muito saborosas. Quatro semanas após a observação inicial, começaram a aparecer as flores do milho, da abóbora e do feijão de porco, indicando uma produção, ainda que modesta.

Após 12 semanas, o plantio passou a ter alguns outros resultados quanto a sua produção. A berinjela começou a dar frutos, o salsão se mostrou bom para a colheita, além de algumas raízes de gengibre. Ainda passamos a colher couve, alface, cebolinha, salsinha, tomate cereja e feijão de porco.

Ainda ficaram faltando alguns dados relacionados ao plantio piloto, pois, quando da finalização dessa dissertação ainda não havia sido entregue o terceiro relatório trimestral da CARPE à ONG Abaquar.

### 3.1.1.

#### **A participação da família no plantio agroflorestal**

Na medida em que caminha a realização do plantio, vai sendo efetivada pela CARPE uma articulação criativa principalmente com a família, mas de modo geral com os diferentes atores da comunidade. O nosso objetivo ao assim proceder é aproximar a família e alguns dos moradores da área do plantio, também ajudando no estreitamento das relações dos seus hábitos com a prática agroflorestal. Para a realização dessa subsecção, contei tanto com os relatórios da CARPE quanto com observações próprias, feitas a partir da fala de alguns dos atores com os quais interagi ao longo do plantio.

De acordo com o primeiro relatório trimestral elaborado pela CARPE para a ONG Abaquar, além da confecção do “círculo dos sonhos”, foram realizados na comunidade alguns encontros e processos de mediação. Ao longo do projeto, foram realizadas visitas e encontros com os moradores e com o Sr. Otávio Barros para o estabelecimento de acordos e resolução de problemas e imprevistos, que surgiram durante o primeiro trimestre de realização do projeto. Outros encontros também foram realizados, nos possibilitando iniciar um processo de análise socioambiental do local, por meio da compreensão da sua história ambiental, do seu processo evolutivo de ocupação e surgimento, além da percepção das potencialidades do fortalecimento da economia local da comunidade do Vale. Também foram necessários encontros e visitas no local para a instalação da corrente elétrica do triturador, com a distribuição de 100m de fios pela comunidade, e encontros para a resolução dos imprevistos em relação ao cercamento do plantio. Nota-se que, em um primeiro momento, o trabalho de articulação serviu para alinharmos a entrada da CARPE com as expectativas da família e após, para lidar com os diversos imprevistos que ocorreram no andamento do projeto.

Já no segundo relatório trimestral, a CARPE iniciou a formulação do questionário de estudo socioeconômico e ambiental da comunidade do Vale Encantado, junto à parceiros externos. Como informado no relatório anterior, esses parceiros estão desenvolvendo o sistema de tratamento de esgoto para a comunidade e, assim, necessitam de um estudo ambiental do local, o que nos

levou a constituir de forma integrada um único questionário de estudo socioeconômico e ambiental.

Todavia, ao final do segundo trimestre, a CARPE teve acesso a um estudo socioambiental, o mesmo que é utilizado nessa dissertação, que foi realizado no ano de 2014, possibilitando a coleta de informações e dados detalhados, referentes aos aspectos socioeconômicos da comunidade e de seus moradores. Sendo assim, não foi mais necessário que a CARPE aplicasse o questionário de estudo socioeconômico antes elaborado.

Atualmente, a CARPE está em processo de análise das informações ora apresentadas, buscando consolidar um estudo socioeconômico da comunidade que permita planejar e desenhar caminhos para a consolidação de uma rede colaborativa e solidária no local. O que se pode perceber nesses relatórios, é que o trabalho de articulação começou a extrapolar o âmbito da família para abarcar o universo da comunidade e, através disso, conseguir a participação e o suporte de cada vez mais moradores.

Um fato a se notar na questão dos hábitos da família com o plantio é a questão da cobertura do solo. Em um primeiro momento, estava muito claro que a preferência era por um solo descoberto de material orgânico. Várias razões existiam para isso, desde a falta de equipamentos e conhecimentos adequados para esse tipo de manejo, até a crença que o solo deve ser mantido “limpo”. Na medida em que o projeto de plantio caminhou, pude observar que começaram a aparecer argumentos em favor da cobertura, de modo que falas como “tem que triturar mais capim para cobrir o solo” passaram a ser corriqueiras. Até o ponto em que a própria Sra. Maria manifestou o interesse em cobrir a sua roça de mandioca com capim triturado, pois a chuva estava levando toda a terra embora.